

MEC\USAID: UMA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DOS INTERESSES DOS ESTADOS UNIDOS

ERICA LINS RAMOS¹

RESUMO

A presente comunicação apresenta como objetivo uma análise sobre o acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID) e a percepção dos estudantes campinense sobre este. A partir da pesquisa, verificamos que os estudantes não apoiaram o acordo, visto que, viam nele uma maneira do Governo privatizar a rede de ensino no Brasil. Para compreendermos este jogo de poder nos foram pertinentes conceitos como, tática e poder simbólico. Enquanto, métodos de pesquisa nos apropriamos de literaturas que discutiram o acordo a nível nacional e realizamos uma pesquisa no jornal Diário da Borborema com o propósito de perceber como os estudantes campinenses reagiram as políticas públicas criadas por agente do Governo Militar para a educação nacional a nível local.

Palavras-chave: MEC, Usaid, Ditadura Militar, Movimento Estudantil, Campina Grande - PB.

INTRODUÇÃO

O presente artigo parte de um estudo desenvolvido para a dissertação do mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB), no qual, o nosso objetivo foi pesquisar sobre as principais bandeiras de luta do movimento universitário campinense durante a ditadura militar entre 1964-1968. No percurso da caminhada realizamos entrevistas com pessoas que militaram na época, em Campina Grande, contra o regime e também um estudo no Jornal Diário da Borborema², e entre estas bandeiras estava o repúdio dos estudantes contra o acordo MEC\USAID. Entretanto, durante a pesquisa de mestrado não nos foi possível fazer uma análise deste acordo, visto que, nossos objetivos não contemplavam uma reflexão sobre as políticas públicas para a educação brasileira em tempos de ditadura militar, deste modo, e desejosa em mergulhar neste campo de estudo, trazemos nossas inquietações para este congresso, com o

¹ Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Professora efetiva do Estado da Paraíba e do município de Casserengue. E-mail: lins.ERICA@yahoo.com.br.

² O Jornal Diário da Borborema foi fundado em 02 de outubro de 1957, por Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. A sua importância se deve por este ser um Jornal da cidade. Nesse sentido, os seus noticiários estão diretamente vinculados aos acontecimentos que se deflagravam em Campina Grande.

objetivo de dialogar no campo da educação esta temática para então viabilizarmos uma pesquisa que pretendemos apresentar como futuro projeto de tese para o doutorado.

Para compreender a proposta deste acordo a nível nacional e local julgamos ser necessário nos apropriar de conceitos como o de currículo, táticas, poder, território e outros que emergirão no decorrer da pesquisa. Quanto aos métodos para este estudo recorreremos as notícias dos periódicos. Assim, a mídia

é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das “estratégias de mercado” adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consenso, educa a percepção, produz “realidades” parciais apresenta como totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados (ABRAMO, 2003, p. 08).

Não estamos aqui introduzindo a mídia como um meio político. René Remond enuncia que: “Com mais forte razão, os meios de comunicação não são por natureza realidades propriamente políticas: podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação, como se diz dos instrumentos que são transformados em armas”. (1996, p. 441). O autor nos leva a inferir que os impressos são um instrumento transformado em armas pelas Forças Armadas, com o propósito de exercer sobre os cidadãos um poder que disfarça a força bruta e opera por intermédio de símbolos para obter os seus objetivos. No entanto, embora tenha o conhecimento das subjetividades presentes nos periódicos, sejam elas dos jornalistas, das empresas responsáveis pela edição/publicação ou de outros órgãos como o Estado, que podiam controlar as notícias a serem divulgadas mediante censura, os periódicos são importantes em nossa pesquisa por registrarem cotidianamente as correlações de força ocorridas entre o movimento universitário e o Governo em exercício.

CAMPINA GRANDE: UMA REFLEXÃO SOBRE O ACORDO MEC\USAID

Em 1964, o Brasil estava dividido politicamente, entre aqueles que apoiavam uma intervenção militar e os que defendiam a continuidade do governo de João Goulart. Contudo, sobressaíram as articulações políticas das Forças Armadas.

Incorporando a denominação de golpe para os acontecimentos aqui trabalhados, teremos a complementação pela historiografia de “civil-militar”. Embora, defendamos a

nomenclatura ditadura militar, não estamos excluindo a colaboração dos civis na cunhagem do golpe:

Porém, se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe, propriamente sobressaiu o papel dos militares. Além das motivações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares, em detrimento das lideranças golpistas civis, na montagem do novo Governo, como se verificou nos episódios do Ato Institucional e da escolha do general Castelo Branco para Presidente. [...]. Do mesmo modo, sucessivas levadas de militares passaram a ocupar cargos em importantes agências governamentais. Além disso, o silêncio com que empresários, em outras fases da ditadura, assistiram ao abandono da cartilha liberal, sobretudo com o incremento do intervencionismo e da estatização, também indica que, se podemos falar de um golpe-civil-militar, trata-se, contudo da implantação de um regime militar - em duas palavras: de uma ditadura militar. (FICO, 2004a, p. 38).

Compreendemos que, apesar de parte dos civis ter corroborado com a introdução do golpe, a presidência da República sempre esteve sob o domínio das Forças Armadas, o que nos leva a considerar o golpe como civil-militar, mas a defender a ideia de que nele se sobressaiu a política dos militares. Portanto, utilizaremos a nomenclatura ditadura militar.

No imediatismo do golpe civil-militar muitos cidadãos acreditaram que as Forças Armadas resolveriam os problemas enfrentados pelos brasileiros, e não foi diferente com os jovens universitários campinenses quando o Governo anunciou um acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), contrária a um movimento desencadeado no país, que conta com o apoio de parte dos estudantes universitários, em repúdio ao convênio MEC\USAID e convidou representantes da USAID para firmarem concordatas:

O ciclo de conferencias denominado <<Teoria e Desenvolvimento>> promoção do Diretorio Academico da Faculdade de Ciencias Economicas, terá prosseguimento, hoje as 9:30 horas no auditorio daquela escola superior com uma exposição do dr. Arthur Byrnes, educador e diretor, da USAID no Nordeste, subordinada ao tema <<A Aliança para o Progresso e o Desenvolvimento Latino-Americano>>. (EDUCADOR DA <<USAID>> FALARÁ, HOJE, SÔBRE ALIANÇA PARA OS CAMPINENSES – JORNAL DB, 19/06/1964, p. 03).

A partir da denominação do ciclo de conferência “Teoria e Desenvolvimento” e o tema “Aliança para o Progresso e o Desenvolvimento Latino-americano”, podemos perceber que os técnicos e educadores da USAID estavam propagando, nos âmbitos institucionais, uma

aliança entre os países Latino-americanos, com o propósito de solucionar problemas inerentes às instituições de cada país. Todavia, a política adotada por eles seria determinada pelos Estados Unidos. Mas, mesmo sendo firmados acordos entre a FACE e a Politécnica³, com programas do Governo, conforme informa a matéria publicada no Jornal DB: “No final de sua conferência, o diretor da USAID prometeu colaborar com a Faculdade de Ciências Economicas e a Escola Politécnica, principalmente ao que diz respeito à remessa de livros técnicos”. (DIRETOR DA USAID DISCORREU ‘ALIANÇA’ PARA OS CAMPINENSES, 23/06/1964, p. 08).

Enquanto os universitários campinenses viam neste acordo uma possibilidade de recursos para seus centros, para a União Nacional dos Estudantes (UNE) o acordo MEC/USAID, previa reformas no ensino brasileiro, inspiradas em modelos e aplicadas por técnicos dos Estados Unidos, conforme nos ressalta FÁVERO (2009):

Nesses anos, surgem para o movimento estudantil outros enfrentamentos. Em meados de 1966, começam a ser questionados os Acordos MEC-Usaid, principalmente o firmado em 25 de junho de 1965 [...]. Esse acordo permanece em sigilo até fins de 1966, quando, sob grande pressão, sobretudo dos estudantes, o governo por fim o publica. Com base nos termos nele contidos, aumentam os protestos, já então com o apoio de professores e intelectuais. [...] Entre as denúncias, destacam-se: a transformação das universidades públicas em fundações e sua privatização e a entrega do ensino superior ao controle dos estrangeiros. (p. 91-92).

No entanto, o interesse dos Estados Unidos em inserir seus métodos em nossa educação segundo CUNHA e GÓES (1989): “[...] Camuflada de ‘assistência técnica’, já vinha de longe e não era um fenômeno exclusivamente brasileiro. Esses interesses se manifestaram desde a Guerra Fria e cresceram no final dos Governos Dutra e JK. Todavia, foi no Governo Castelo Branco que a desnacionalização do campo educacional tomou formas nunca vistas.” (p. 33). Nessa perspectiva, o convênio MEC/USAID foi, de fato, firmado em junho de 1965. A partir daí, a USAID soube usufruir da abertura de Castelo Branco à nossa educação, com projetos que abrangiam o ensino primário, o médio e o superior, além de se encarregar de

³ Lynaldo Cavalcanti era um Diretor estratégico, e na luta incessante para o reconhecimento da “escolinha” de Campina Grande, como era chamada a Politécnica pelos estudantes de João Pessoa, Recife, Fortaleza e outras instituições de ensino de nível superior, não rejeitava ajuda viesse de quem viesse. Por isso, já em 1964, ele firma acordos com a USAID. Por outro lado, o ano de 1964 “[...] Marca a sua gestão na proteção a perseguidos políticos, dando continuidade ao processo de atração dos melhores talentos em busca de abrigo institucional, fossem do Sudeste, Argentina ou de outros países que também sofriam com as ditaduras militares”. (ROCHA NETO, 2010, p. 79).

capacitar os professores das nossas instituições de ensino, que também interferiam na produção e na veiculação de livros didáticos e técnicos.

No fim de 1964, um novo ano se insurgiu, novos universitários passaram a compor o corpo discente das instituições de ensino de nível superior de Campina Grande, e os universitários campinenses, aos poucos, começaram a se inteirar do movimento estudantil que eclodia no país. A partir de então, começaram a se apropriar das causas defendidas por tais movimentos, uma vez que elas estavam próximas das problemáticas vivenciadas pelos universitários campinenses. Nesse sentido, muitos dos discentes campinenses alteraram sua opinião sobre a política governamental e deixaram de apoiá-la, porque conforme enfatiza LABORIE (2009): “A opinião é um processo, um movimento em evolução permanente influenciado por múltiplos fatores, qual exprime uma relação com o tempo e dele decorre”. (p. 84). Nesse viés, os estudantes campinenses ressignificaram a sua posição em relação à política governamental, a partir de apropriações de uma cultura política de esquerda que, aos poucos, foi cooptando adeptos ao disseminar suas ideologias pelos mais variados métodos e instituições.

Tendo eclodido um movimento pelo Restaurante Universitário, e não mais se limitando a lutar por suas próprias causas, os discentes foram às ruas de Campina Grande dizer não ao acordo MEC/USAID, conforme nota publicada no Jornal DB:

Com o slogan “um, dois, três, americanos não tem vez...” os estudantes secundaristas de Campina Grande, iniciaram na noite de ontem, uma passeata contra o acordo MEC-USAID.

GREVE E PASSEATA

O movimento que eclodiu entre os estudantes universitários, passa agora a contar com o apoio dos estudantes secundaristas, que de imediato queriam o fechamento das escolas. (ESTUDANTES FORAM ÀS RUAS PROTESTAR ACÔRDO MEC-USAID 25/05/1967, p. 08).

Assim, os estudantes universitários estavam firmes em suas decisões e contavam também com o apoio dos estudantes secundaristas. Se sentindo fortalecidos estes realizaram novos movimentos contra o acordo MEC/USAID, conforme nota publicada no Jornal DB:

Continua a greve universitária deflagrada essa semana, em Campina Grande, contra o acordo MEC-USAID, e que tomou nas ultimas horas caráter mais geral, atingindo o estabelecimento de ensino secundário, e até mesmo as próprias escolas primárias.

GREVE UNIVERSITÁRIA

Às nove horas de ontem, foi convocada uma Assembleia Geral, em caráter Permanente, sendo definitivamente homologada a greve, universitária

campinense, até que seja solucionado o problema da Faculdade de Serviço Social.

ACAMPAMENTO

Um acampamento foi montado ao lado da Faculdade de Ciências Econômicas, na manhã de ontem, e os universitários, representantes de todas as Escolas Superiores de nossa cidade, permanecem em vigília executando hinos patrióticos.

Várias legendas e dísticos estão expostos naquele local, todos alusivos ao acordo MEC-USAID, e concitando os estudantes a permanecerem em greve, até uma solução definitiva ao caso. (ESTUDANTES CONTINUAM GREVE E ANUNCIAM MANIFESTAÇÕES HOJE, 27/05/1967, p. 08).

A partir desta reportagem podemos perceber a articulação do movimento universitário campinense com todos os níveis de ensino, o que por outra via nos permite refletir sobre o engajamento político dos estudantes em que um problema de uma instituição de ensino como foi o caso da Faculdade de Serviço Social que vivenciava uma crise financeira e queria o seu desligamento da Universidade Regional do Nordeste, se tornava um problema de todos os estudantes. Porém, o ápice do repúdio ao referido acordo se manifestou com a queima da bandeira dos Estados Unidos pelos estudantes, durante a passeata realizada depois da Assembleia. Conforme enfatiza o trecho abaixo extraído do Jornal DB:

Logo após o encerramento da Assembleia, que durou cêrca de uma hora e meia, período em que foram discutidos importantes problemas do movimento grevista, os universitários campinenses apoiados pelos estudantes secundaristas, rumaram em passeata para o largo da prefeitura localizando-se a multidão em frente ao edifício da Reitoria da Universidade Regional do Nordeste. Naquele local, os estudantes, ostentavam cartazes alusivos ao acordo MEC-USAID deram início ao anunciado comício do qual fizeram parte vários oradores, todos éles concitando o povo a não aceitar o referido convenio, que, segundo os universitários, “destina-se a promover a esterilização mental da juventude estudiosa do Brasil”.

Durante o “meeting” dos universitários, falaram entre outros, Antonio Carvalho, Antonio Fernandes, José Leopoldo, João Batista, Geraldo Albuquerque, Ana Rita de Almeida, Inácio de Loyola, os secundaristas, Apolônio Cardoso, Marcio Airton Vilar.

QUEIMARAM A BANDEIRA

A concentração pública teve o seu encerramento por volta das doze horas e trinta minutos, quando os estudantes ostentaram uma bandeira norte-americana, que recebeu o repúdio da multidão, sendo logo em seguida rasgada e queimada pelos estudantes. E enquanto o símbolo dos Estados Unidos incendiava suspenso por uma vara, tôda a multidão, composta de estudantes e elementos de varias classes sociais, entoavam o Hino Nacional Brasileiro, até a bandeira queimar-se por completo.

ACAMPAMENTO

Sob uma grande tenda armada na Avenida Marechal Floriano numerosos estudantes universitários de todas as Faculdades campinenses, ficaram acampados logo após o termino do comício. (UNIVERSITÁRIOS FAZEM COMÍCIO E QUEIMAM BANDEIRA, 28/05/1967, p. 08).

A partir do noticiário do Jornal DB, compreendemos que os estudantes não militavam de maneira aleatória, e as táticas sempre se faziam presentes com o propósito de burlar as regras pré-existentes. “Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula”. (CERTEAU, 1994, p. 47). Então, no universo discente, tática e militância se entrelaçavam, pois, se a militância com a tática não impediu que muitos discentes fossem presos ou perdessem suas vidas, a militância sem a tática teria elevado o percentual de estudantes que foram parar nos cárceres do DOPS. No entanto, nem sempre, uma tática era o bastante para que os discentes vencessem as forças repressivas, e se houvesse uma falha, de imediato, outro plano era traçado, e o Hino Nacional brasileiro era invocado. Como, então, prender alguém que entoava o Hino da Pátria em vias públicas? Todavia, isso não quer dizer que estavam encerradas as correlações de forças entre a polícia e os estudantes, e uma das estratégias utilizadas pela polícia era comunicar aos pais dos estudantes, via meios de comunicação, que seus filhos estavam realizando movimentos de contra “ordem”, ao mesmo instante em que lhes anunciava que seus filhos poderiam ser presos. Dessa forma, a polícia tentava inibir os movimentos estudantis, por meio do poder simbólico, visto que, de acordo com Balandier (1982): “O poder (...) não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos”. (p. 07). Portanto, a polícia, por intermédio da mídia, ao informar aos pais sobre os riscos que os militantes corriam ao provocarem “desordem” nas ruas, almejava contar com o apoio deles na proibição de movimentos em vias públicas realizados pelos estudantes. Porém, essa apelação nem sempre lograva êxito, porque os estudantes evitavam que seus pais obtivessem conhecimento de sua militância.

Assim, ao perceber que, mesmo com os apelos nos meios de comunicação, os estudantes não recuavam, e devido à persistência dos estudantes, o Conselho Diretor da Fundação Universidade Regional do Nordeste, em reunião, decidiu intervir na greve dos estudantes, caso não fosse interrompida, prestando total apoio ao Reitor Edvaldo Souza do Ó, como podemos confirmar nesta reportagem em que o Conselho delibera:

- 1) Manter todos os atos do Presidente ligados à greve, dos estudantes em unidades de ensino integrante a FURNE;
- 2) Autorizou ao Presidente a não tratar mais do assunto com órgãos dos estudantes enquanto não retornarem às aulas;
- 3) Fazer as unidades de Ensino cumprirem o Decreto Lei 228, de 28 de fevereiro de 1967, em todos os seus dispositivos, no caso de persistir a ausência coletiva dos estudantes as aulas.

TÓPICOS DO DECRETO

“Art. 11 - É vedado aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação de propaganda de caráter político partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover, ou apoiar ausência coletiva aos trabalhos escolares.

Parágrafo Único. “A inobservância desse artigo acarretara a suspensão ou dissolução do Diretório Acadêmico ou Diretório Central dos Estudantes”.

“Art. 12 – A fiscalização do cumprimento desse Decreto Lei caberá ao Diretor do estabelecimento de ensino ou do Reitor da universidade, respectivamente, conforme se tratar de D. A. ou D. C. E.” (REITOR FARÁ CUMPRIR LEI SUPPLY SE GREVE PERSISTIR, JORNAL DB, 31/05/1967, p. 07).

Convém registrar que, mesmo diante dessas ameaças, os universitários não desfizeram os seus acampamentos onde permaneceram até que uma solução fosse encontrada para a Faculdade de Serviço Social, que foi desligada da Universidade Regional do Nordeste, no dia 02 de junho de 1967.

A greve terminou, após a Faculdade de Serviço Social, com o apoio dos estudantes, conseguir o seu objetivo, mas, não sem antes realizar um comício, conforme notícia o Jornal DB:

Com a desvinculação da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande da Fundação Universidade Regional do Nordeste, cessou ontem, ao meio-dia o movimento grevista dos universitários campinense, deflagrado acerca de duas semanas, por deliberação do Diretório Central dos Estudantes, da Universidade Federal da Paraíba, bem como do DCE da URN. Os dois órgãos controladores da vida universitária campinense, uniram-se e daí decretou-se a 1ª Assembleia Permanente dos Estudantes Universitários de Campina Grande, que teve lugar no Teatro Municipal.

A DECISÃO

A princípio, os estudantes de nível superior encetaram um movimento protestando contra a realização do acordo MEC/USAID. Depois as escolas das duas universidades passaram a apoiar a Faculdade de Serviço Social, encampando o seu problema.

O COMÍCIO

Levando em consideração que ontem foi o Dia Nacional do Protesto⁴, decretado pela UNE, e que avia aquela altura sido solucionado o problema, da Faculdade de Serviço Social, a mesma diretoria da Assembleia, deliberou a realização de um comício tendo a concentração começado às dez horas e terminado às doze horas.

Durante o “meeting” usaram da palavra vários universitários entre eles João Batista, Orlando Villarim Meira, Ana Rita de Almeida, José Dias, Inácio de Loyola, e o pré-universitário Edvaldo Lindolfo da Silva.

⁴ Segundo Martins Filho (1987), devido às constantes e intensas repressões que vinham ocorrendo sobre o movimento estudantil, a UNE decretou o dia 22 de setembro, no ano de 1966, como o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura Militar. (p. 101).

A seguir, os estudantes entoaram o Hino Nacional Brasileiro enquanto alguns deles desarmavam o acampamento no Largo da Catedral. (GREVE TERMINOU COM COMÍCIO DE PROTESTO, 03/06/1967, p. 01).

Nessa greve, não foi registrado nenhum conflito entre a polícia e os estudantes, todavia, o deputado Vital do Rêgo logo tratou de tornar público para o Brasil os acontecimentos que rondavam os círculos das Faculdades campinenses. Assim, tomando a tribuna na Câmara, discursou sobre a greve dos universitários campinenses, como informa o Jornal DB:

BRASILIA – Preocupado com o movimento estudantil que está tomando proporções imprevisíveis em Campina Grande, na Paraíba, onde os universitários decidiram abrir luta contra o controvertido convênio MEC-Usaid, o Snr. Vital do Rêgo ocupou a tribuna da Câmara para dar conhecimento à nação desse acontecimento. O orador além de relatar a situação que reina em Campina Grande, deu conta a seus pares, dos entendimentos que manteve com o Ministro Tarso Dutra, a propósito do grave problema. (VITAL DO REGO COMENTA NA CÂMARA ATUAÇÃO DOS ESTUDANTES NA PARAÍBA, 06/03/1967, p. 03).

De certo, os universitários campinenses estavam surpreendendo as autoridades políticas ao se levantarem tenazmente contra o acordo MEC/USAID que, no ano de 1964, foi, de certa forma, apoiado por esses mesmos estudantes. Assim, para evitar que o movimento universitário campinense atingisse proporções que outros vinham atingindo, o deputado Vital do Rêgo denunciou os estudantes campinenses cobrando das autoridades policiais e governamentais providências sobre os movimentos estudantis campinenses. Contudo, o movimento universitário campinense não se intimidou, e os estudantes não ficaram apenas nos protestos deflagrados nas ruas da cidade, pois organizaram Fóruns para debater a problemática com representantes do MEC e da USAID, segundo esta notícia do Jornal DB:

A Faculdade de Direito de Campina Grande vai inaugurar na próxima quinzena, o seu anunciado Forum de debates, trazendo a baila o mais palpitante assunto da atualidade, que é o acordo MEC/USAID, objeto do movimento grevista que se esboça em todo o país.

Isto foi decidido na manhã de ontem, tendo os coordenadores do Forum de Debates, acertado a formulação de um convite ao representante da USAID, no Recife, bem como ao representante do Ministério de Educação e Cultura, na pessoa do Magnífico Reitor da Universidade Federal da Paraíba, Professor Guilardo Martins Alves, os quais deverão receber, logo no início dessa semana, ofícios da secretaria do Forum de Debates da Faculdade de Direito.

Além dos representantes do MEC e da USAID, os coordenadores do Forum convidarão, um representante de cada Faculdade e Colégio de Campina

Grande, para debaterem o tema. Os estudantes que integrarão os debates deverão ser designados pelos Diretórios Acadêmicos.

A solenidade de abertura do Fórum de Debates, da FADURN terá lugar no Teatro Municipal à noite, não estando fixada, ainda, a data do acontecimento. (DIREITO VAI COMEÇAR FORUM DEBATENDO ACORDO MEC-UASID, 04/06/1967, p. 01).

Contudo, mesmo depois de os representantes defenderem o acordo MEC/USAID, sobre os seus projetos para a educação no Brasil e para as Faculdades de Campina Grande, os universitários campinenses que estavam contra o acordo não mais voltaram a apoiá-lo.

Diante dos frequentes movimentos liderados pelos estudantes, o Presidente Costa e Silva perdeu apoio de todos os lados, inclusive das cidades de menor porte que no imediato pós-golpe os tinham apoiado, como Campina Grande, e ao perceber que tinha extinguido as entidades estudantis, e estas somente deixaram de existir legalmente, e não, de fato. O Presidente buscou outros meios para atingir os movimentos universitários e realizou uma reforma nos estatutos das Universidades, conforme lhe convinha. Seu maior interesse era de dificultar a realização de movimentos, fossem eles grevistas, de passeatas, dentre outros, dos estudantes.

Assim, como mostra a matéria publicada no Jornal DB, o Presidente assinou, no dia 09 de junho de 1967, um Decreto-lei que regulamentava novas diretrizes tanto para os discentes quanto para os docentes:

ALUNOS REPROVADOS

O Presidente assinou o Decreto na tarde de sexta-feira, precisamente tornando proibida a matrícula dos alunos reprovados nos estabelecimentos de ensino superior, por mais de uma vez.

Por outro lado, o mesmo Decreto considera como reprovado, para todos os efeitos, os alunos que não compareceram ao mínimo de 180 dias de trabalhos escolares, como prevê o artigo 72 da Lei de Diretrizes de Base da Educação.

PROFESSORES FALTOSOS

Não somente aos estudantes mais ainda aos próprios professores do ensino superior, o Decreto Presidencial estendeu as suas determinações.

Para tanto regulamenta que os professores que faltarem mais de 25 por cento das aulas, ou mesmo não ministrarem $\frac{3}{4}$ do programa, da respectiva matéria, serão suspensos temporariamente de suas funções, e privados dos seus vencimentos.

ESTUDANTES GREVISTAS

O Decreto do Presidente Costa e Silva, esta recebendo a denominação de “Decreto anti-greve”, diante do fato de pela sua regulamentação não deixar margem a proliferação dos movimentos que venham a impedir a frequência dos estudantes aos estabelecimentos de ensino. (UNIVERSITÁRIO PODE SER REPROVADO UMA SÓ VEZ, 11/06/1967, p. 03).

Quanto mais o movimento universitário se articulava, mais o Presidente se preocupava com eles. Assim, apenas extinguir suas entidades não foi o suficiente, por isso tornou-se Lei a proibição das greves, e todo e qualquer ato que levasse os estudantes a não comparecerem regularmente às aulas.

As Faculdades de Campina Grande foram atingidas pelo Decreto-lei do Presidente Costa e Silva, e a Faculdade de Direito foi uma das primeiras a modificar a sua rotina em prol de que fossem cumpridos os 180 dias letivos. No mês em curso, ainda contou com uma aula à noite, e a partir de agosto, com duas, conforme informou o Diretor da Faculdade, o Professor Raul. (AULAS NOTURNAS NA FACULDADE DE DIREITO, JORNAL DB, 13/06/1967, p. 06).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Castelo Branco e Costa e Silva não ficaram parados assistindo ao movimento estudantil se articular. Então, ao longo de seus mandatos, desenvolveram projetos e leis, com o propósito de inibir os movimentos estudantis (para ficarmos apenas no movimento estudantil). Assim como também acordos com outros países que o apoiaram no imediato golpe, como os Estados Unidos, entretanto, nenhum apoio vem sem uma cobrança, e os Estados Unidos queriam intervir em nossa educação, mas esta intervenção não era boa, visto que, ela pretendia privatizar nossa rede de ensino, o que não ocorreu devido aos movimentos estudantis que denunciaram esta intervenção fazendo usos de múltiplas táticas para não serem punidos pelo regime. De acordo com CERTEAU (1994), entendemos,

“[...]”, “Tática” um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o outro. [...] pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho. O que ela ganha, não guarda. Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para transformar em “ocasiões”. (p. 46-47).

E assim fizeram os estudantes em suas reivindicações, denunciavam o estrangeiro defendendo o nacionalismo, e como punir alguém por esta entoando o hino nacional?

Contudo, esta pesquisa ainda se encontra em desenvolvimento, pois, a partir das colocações elencadas aqui, pretendemos analisar como estas mudanças se deram no currículo escolar? Por que os estudantes chegaram à conclusão que o Governo em exercício pretendia privatizar a nossa educação? Deste modo, trazemos este artigo para este congresso na busca

de diálogos que possam nos auxiliar a desenvolver um projeto de tese de doutorado inserido nesta temática.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

BALANDIER, George. **O Poder em Cena**. Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em Tempos de Autoritarismo**. 2. ed. Rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FICO, Carlos. **Além do Golpe**: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004a.

Jornal Diário da Borborema Janeiro de 1964 a Dezembro de 1968.

LABORIE, Pierre. Memória e opinião. In. AZEVEDO, Cecília; [et al.]. **Cultura Política, Memória e Historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 79-97.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar**: 1964-1968. Campinas, SP: Papirus, 1987.

REMOND, René. Do político. In. ROCHA, Dora (Trad.) **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 442-450.

ROCHA NETO, Ivan, **Lynaldo Cavalcanti Além das palavras**: Brasília: Paralelo 15, 2010.